
LUTA CAMPONESA PELA TERRA E FORMAÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES NO LITORAL SUL PARAIBANO

Msc. Aline Barboza de Lima
Mestrado em Geografia da UFPB
Campus Universitário I, Caixa Postal 5122, CEP 58051-970, João Pessoa -(PB), Brasil
Telfax. : (83) 32167432 - minha21lima@yahoo.com.br

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba - Pesquisadora do CNPq
fatimarodrigues.ufpb.br@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a luta camponesa pela terra e a sua relação com a criação de assentamentos rurais. Investigamos a constituição de novas territorialidades na Microrregião do Litoral Sul Paraibano, tomando como objeto de estudo os assentamentos rurais localizados no município de Pitimbu, estado da Paraíba. Inicialmente, avaliamos a atuação das Ligas Camponesas no Litoral Sul Paraibano, considerando-as dentro de um processo histórico, desenvolvido nacionalmente, de luta pela terra, desde o seu surgimento até o Golpe Militar de 1964. Posteriormente, estudamos a luta pela terra durante o processo de abertura do Regime Militar até a instalação dos primeiros assentamentos rurais no município de Pitimbu. A partir dessa pesquisa, observamos que a luta camponesa acontece num processo contínuo nessa região, entre os que dependem do território para sobrevivência imediata e aqueles que desrespeitam a função social da terra.

Palavras-chaves: assentamento rural, camponês, territorialidade.

ABSTRACT

In this project, we analyze the peasants' fight by the land and its relationship with the creation of the rural's settlements. We investigate the constitution of new territorialities in the micro-region on the Coast South of Paraíba state, whose the research's object were the rural settlements, in Pitimbu, Paraíba. At First, we evaluate the peasant's actions on the Coast South of Paraíba state, considering it inside the historical process nationally developed by the land's fight, since its appearance to Militar Coup in 1964. After that, we studied the fight by the land during the opening of the Militar Regime process to the creation of the first rural settlements in Pitimbu. From this research, we observed that the peasants' fight occurs in a continuous process in this region, among those who depend on the territory to the immediate survival and those who do not respect the social function of the land the analyzed categories such as place, territory and memory, contributed to understand the creation of rural's settlements in this region and its link to a long and painful fight's process, that gives to the new territorialities important meanings to the present-day brazilian agrarian profile comprehension.

Key words: rural settlements, peasants, territoriality.

RESUMEN

En este trabajo, analizamos la lucha campesina por la tierra y su relación con la creación de asentamientos rurales. Investigamos la constitución de nuevas territorialidades en la Microrregión de la Costa Sur de Paraíba, tomando como objeto de estudio los asentamientos rurales localizados en el municipio de Pitimbu, estado de Paraíba. Inicialmente, evaluamos la actuación de las Ligas Campesinas en la Costa Sur de Paraíba, considerándolas dentro de un proceso histórico, desarrollado nacionalmente, de la lucha por la tierra, desde su surgimiento hasta el Golpe Militar de 1964. Posteriormente, estudiamos la lucha por la tierra durante el proceso de abertura del Régimen Militar hasta la instalación de los primeros asentamientos rurales en el municipio de Pitimbu. A partir de esa pesquisa, observamos que la lucha campesina ocurre en un proceso continuo en esa región, entre los que dependen del territorio para la sobrevivencia inmediata y aquéllos que no respetan la función social de la tierra.

Palabras-clave: Asentamiento rural, Campesino, Territorialidad.

Introdução

Na Paraíba, somente na década de 1980, na Nova República, foram criados os primeiros assentamentos rurais, que adicionaram novos elementos de transformação na configuração territorial das paisagens rurais. Na Zona da Mata Paraibana, onde antes existiam vastas áreas plantadas com cana-de-açúcar e/ou coqueirais, exploradas apenas por algumas dezenas de trabalhadores, nasceram novos limites e novas relações sociais, políticas e econômicas.

De forma geral, as áreas onde há assentamentos rurais são ordinariamente associadas à concentração de pobreza e a estagnação da economia, todavia, estudos realizados com desvelo indicam que os assentamentos rurais podem se destacar positivamente e contrariarem a ideia que os associa recorrentemente a insucessos.

Nesses casos, mesmo com a imensa pobreza que permeia quase sempre a etapa posterior à conquista da terra, os assentamentos rurais se sobressaem por conseguirem reaver laços familiares e interferirem na dinâmica local, através da geração de empregos para um alto número de famílias e pela dinamização da economia interna, sendo fundamentais na compreensão do quadro agrário brasileiro da atualidade.

Através do estabelecimento dessas áreas reformadas, novas territorialidades passam a ser construídas, reveladoras de aspectos concretos e simbólicos da formação territorial paraibana. Os sujeitos sociais propulsores desses novos recortes espaciais engendram muitas mudanças e remodelam o cenário anterior. A monocultura cede lugar à policultura, ao lado da casa sede, antes soberana, outras casas passam a ser construídas, feiras livres são formadas e as existentes nas proximidades começam a receber novos fregueses.

Decodificar essas dinâmicas a partir de uma escala local é fundamental para apreender e desvendar novos arranjos da sociedade brasileira, pois além de serem espaços diferenciados, os assentamentos criam novas redes de sociabilidade, que acabam por definir novas dinâmicas.

A investigação aqui realizada concerne ao entendimento dessas novas territorialidades na recomposição do espaço agrário paraibano, no intuito de contribuir com a compreensão dos significados presentes a partir da formação desses lugares. O recorte espacial do estudo compreende a Microrregião do Litoral Sul Paraibano, especificamente, o município de Pitimbu. Essa microrregião, formada pelos municípios de Pitimbu, Caaporã, Pedras de Fogo e Alhandra, possui expressiva quantidade de assentamentos rurais, onde Pitimbu destaca-se com a maior quantidade, num total de seis assentamentos rurais: Camucim, Sede Velha do Abiaí, Teixeira, 1º de Março, APASA e Nova Vida.

A construção teórico-metodológica da pesquisa trilhou o caminho da investigação qualitativa, alicerçada por uma revisão bibliográfica. O trabalho de campo foi fundamental nesse processo, onde utilizamos diferentes recursos, tais como observação da paisagem, registros fotográficos, filmagens, anotações em caderneta de campo, realização de questionários e de entrevistas registradas em gravador eletrônico. Além da revisão bibliográfica, o levantamento de dados secundários também ajudou-nos a construir a pesquisa. Destacamos as informações obtidas a partir dos processos administrativos de Reforma Agrária no INCRA-PB, onde encontramos uma riqueza de informações sobre o processo de desapropriação da área estudada, além de outros documentos fornecidos pelo INCRA-PB, como bases cartográficas, lista de beneficiários e relatório de emancipação do Assentamento. A partir dessas fontes foi possível recompor a cadeia dominial da região estudada e demonstrar a concentração fundiária da região e seu processo de desmembramento até a criação de áreas de assentamento rural. (LIMA, 2008)

A luta camponesa pela terra no Litoral Sul Paraibano

A luta pela terra no Litoral Sul Paraibano ocorreu de diversas formas e estratégias, caracterizando-se como uma luta de classes. De um lado, grandes proprietários, que respaldados pelo poder político e econômico, consideravam-se os donos da terra; do outro, a população pobre, formada por uma numerosa massa de excluídos, distinta entre si, mas que, para obter o acesso à terra de sobrevivência, subordinavam-se às relações de poder, que expressavam a subserviência e a dominação.

A massa excluída e heterogênea de trabalhadores deu origem ao campesinato do Brasil, representada pela parcela da população que ao longo do processo de formação territorial do país teve negado o acesso a condições mínimas de sobrevivência. Ao longo desse percurso, várias foram as formas de insurgência que deram vazão à revolta dessa classe, mas foi em meados do século XX, que a luta ganhou uma dimensão nacional, através do movimento que ficou conhecido como Ligas Camponesas.

A origem das Ligas Camponesas tem seus antecedentes históricos ligados às ações do Partido Comunista Brasileiro, após a redemocratização de 1945. O PCB tinha a intenção de ampliar as suas bases políticas através da aliança com os camponeses. De acordo com Azevêdo (1982, p. 56):

As Ligas seriam, por excelência, os instrumentos de organização e mobilização das massas rurais pelo Partido Comunista, que atua não só com os assalariados da grande propriedade comercial, mas encampa também reivindicações específicas do campesinato, do pequeno produtor ou arrendatário, dos parceiros e posseiros.

A incorporação dos camponeses na base social do PCB fez parte das diretrizes presentes no Manifesto de Agosto, publicado em 1950. De acordo com Martins (1986, p. 82):

O “Manifesto de Agosto”, de 1950, definia uma base social de ação política do Partido Comunista composta estritamente de operários, camponeses e camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar, pelos pequenos comerciantes e industriais e pelos intelectuais. O problema da sociedade brasileira estava na estrutura arcaica da economia, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, que impediam a ampliação do mercado interno e do desenvolvimento da indústria nacional.

Algum tempo depois, nos fins de 1954, ocorreu o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil¹, ocasião em que foi declarado que a burguesia brasileira não seria alvo de confisco. Essa afirmação marcou uma nova concepção do PCB, através da política de uma frente única anti-imperialista e antifeudal, onde foram admitidos, além das categorias ocupacionais mencionadas, “os sacerdotes ligados ao povo, soldados e oficiais, artesãos, médios industriais e comerciantes, parte dos grandes industriais e comerciantes que sentem a concorrência americana e sofrem os efeitos da política econômica financeira do governo” (MARTINS, 1986, p. 84).

A aliança do PCB com a burguesia, através da frente única, demonstrava que para o PCB, a burguesia nacional estava interessada no desenvolvimento nacional, e, portanto, poderia se unir ao Partido para combater o imperialismo americano, nesse contexto, alianças com outros imperialismos passaram a ser justificáveis, mediante a argumentação da existência de um inimigo comum. Todavia, para as Ligas “não havia contradição essencial entre o latifúndio e a burguesia, como entendia o PCB” (MARTINS, 1986, p. 89).

Em 1960, durante o V Congresso do Partido Comunista, o discurso muda de ênfase novamente, pois os trabalhadores rurais passaram a receber mais atenção do que os camponeses. Essa postura decorreu da compreensão pelo PCB de que a penetração capitalista no campo aumentou o número de assalariados rurais, camponeses proletarizados e camponeses ricos e ainda da concepção que a Reforma Agrária deveria ocorrer através de medidas parciais. De acordo com Martins (1986, p. 87), “Essa mudança clara, em que o assalariado passa para o primeiro plano e o camponês para o segundo, norteou o afastamento do PCB em relação às Ligas”.

A utilização da palavra camponês para denominar uma quantidade diversa de agricultores e a sua difusão por meio de um partido político gerou um amplo debate intelectual acerca das acepções desse termo no quadro agrário brasileiro. Segundo Azevêdo (1982, p. 19):

Poderíamos afirmar que parte das dificuldades reside na tentativa de posicionar o lugar que ocupa a economia camponesa na reprodução capitalista, questão essa que se desdobra numa discussão em torno do caráter de classe ou não do campesinato ou da sua existência (leia-se sobrevivência), apenas como expressão de um modo de produção em vias de superação, ou de relações de trabalho atrasadas e não-capitalistas, cujo destino seria o da dissolução histórica, na medida em que o capital, ao “penetrar” na agricultura, conduziria inexoravelmente à separação do produtor direto da terra e dos frutos de trabalho, transformando-se, assim, num simples assalariado rural.

Todavia, ao contrário dos rumos previstos por essas correntes teóricas, a existência do campesinato mostrou-se presente ao longo da história e a sua permanência até a atualidade deu origem a uma corrente que o analisou do ponto de vista de sua resistência, considerando-o possível e até necessário dentro do modo capitalista de produção em sua fase mais avançada.

Nesse trabalho, a relevância desse embasamento conceitual se dá no âmbito das conceituações dadas aos “beneficiários da reforma agrária” ou “assentados rurais”, pois compreendê-los como camponeses, possibilita-nos enxergar o embate ideológico inerente às acepções dessas várias denominações. Sabemos que não se trata de uma questão semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica e política e ainda que “o debate em torno da compreensão dos papéis do campesinato na contemporaneidade, na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação é polêmico e povoado de matizes ideológicas”. (THOMAZ, 2006, p. 147).

Dentre essas matizes ideológicas, Oliveira (1996, p.46) destaca três principais correntes: a do fim do campesinato, a da proletarização do camponês, e a da recriação do campesinato.

Sobre a importância da análise do campesinato e sua recriação no quadro agrário brasileiro da atualidade, Rodrigues (2005, p. 12678), analisa que:

A palavra camponês confere identidade ao homem do campo, não apenas como aquele que habita os lugares distantes dos centros urbanos mas, de forma especial, qualificando seu papel social nas relações de produção e revelando seu lugar espacial, a sua territorialidade ou mesmo sua desterritorialização. Designa, também, e traz à tona, sobretudo, o destino deste sujeito histórico que contribuiu, embora no anonimato, com sangue e suor para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Dessa forma, sabemos que os assentamentos rurais representam a resistência camponesa pela posse da terra, marco presente em todo o processo de formação territorial, numa luta travada entre o direito à terra de trabalho e à terra de exploração. Nos dizeres de Martins (1986, p. 16) “é das contradições desse direito, que servem as duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre terra camponesa e terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio”.

Até conseguirem transformar a propriedade privada capitalista em assentamento rural, os camponeses do Litoral Sul percorreram uma longa trajetória de luta, que como vimos, tem seus antecedentes na formação territorial da área. Nessa trajetória, podemos destacar como uma luta de maior projeção, a participação de seus antepassados nas Ligas Camponesas, que tinham sido violentamente abafadas, após a cassação do registro do PCB em 1947 e que surgem no Nordeste com uma outra dimensão, mas que passam a ser assim denominadas pela imprensa conservadora do Estado, que tinha como objetivo vincular esse movimento ao comunismo.

No trabalho de campo desenvolvido durante a nossa pesquisa, os camponeses relataram a participação de familiares nas Ligas Camponesas, geralmente lembrada com maior detalhe pelos mais velhos, embora até mesmo os mais jovens recordem-se de histórias contadas pelos pais e pelos avós.

A dimensão inicial da luta das Ligas Camponesas no Nordeste estava mais voltada para reivindicações de direitos trabalhistas, como contra o aumento do foro (renda da terra em forma de aluguel anual). Na origem dessas Ligas Camponesas na década de 1950, estava a organização da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPPP, formada pelos foreiros do engenho Galiléia, que ficou conhecida como Liga Camponesa da Galiléia. (ANDRADE, 2000). A estrutura orgânica nacional das Ligas Camponesas tomou por base o modelo de estatuto da SAPPP, que de acordo com Francisco Julião caracterizava-se:

[...] pela forma centralizada de atuação. Tratando-se de uma associação, o nome pouco importa, ela organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. Tendo jurisdição para o Estado, a organização pode fundar, como consta o Estado, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, Fazenda, serra ou córrego. Preferimos dar a cada núcleo o nome de delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra delegacia – a da polícia. Desse modo, o soldado tem a sua delegacia, e o camponês tem a dele (JULIÃO, 1962 apud AZEVÊDO, 1982, p. 75).

Na Paraíba, as Ligas Camponesas tiveram início com a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, em 1958, conhecida como Liga Camponesa de Sapé. Essa organização surgiu com o objetivo inicial de prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas.

Todavia, o objetivo inicial da Liga começou a mudar. Sob a liderança de João Pedro Teixeira, camponês morador do sítio das Antas, no município de Sapé, os camponeses associados às Ligas Camponesas em várias partes da Paraíba passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, a contestar a exploração crescente a que vinham sendo submetidos e a lutar pela Reforma Agrária.

A repressão não tardou, e uma oligarquia paraibana, formada pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, conhecida como Grupo da Várzea, atuou de forma extremamente sanguinária, silenciando os camponeses com o assassinato de lideranças e atos de violência, como espancamentos e incêndios criminosos. A onda de violência encabeçada pelo Grupo da Várzea foi reproduzida por outros grupos oligárquicos da Paraíba, numa tentativa de dissipar o movimento e impedir a luta camponesa. De acordo com Benevides (1985, p. 90) “Antes da tragédia de Miriri², camponeses com dezenas de anos de trabalho na propriedade Lundgren foram impedidos de trabalhar pelos vigias armados das milícias privadas dos latifundiários de Rio Tinto e Mamanguape”.

A represália do grupo oligárquico da família Lundgren ocorreu também no Litoral Sul e geralmente é lembrada pelos mais antigos moradores, que recordam da participação dos pais nesse movimento, como registramos a partir dos relatos do Senhor Alfredo Simplicio do Nascimento, morador do Assentamento Sede Velha do Abiaí. Ele é indicado pelos outros camponeses como uma memória da luta pela terra, pois conhece as histórias mais antigas, do tempo em que ainda não existiam assentamentos rurais.

O Sr. Alfredo nasceu no município do Conde, na época Distrito de João Pessoa, onde sua família era obrigada a pagar uma renda em dinheiro todo final de ano, para poder utilizar 1 ha de terra. Em 1956, quando tinha 20 anos de idade, seu Alfredo junto com sua família foi morar no “Abiaí”, onde residia uma prima de seu pai. O “Abiaí”, como chama Sr. Alfredo, corresponde à região do Abiaí, localizada no então distrito de Pitimbu, também pertencente a João Pessoa³. O Sr. Alfredo passou a trabalhar nas terras da Fazenda Abiaí, então sob a posse de Hercílio Alves Ferreira Lundgren, filho de Frederico Lundgren, representante de uma das maiores oligarquias da Zona da Mata Paraibana e Pernambucana, a oligarquia da família Lundgren.

Nesse mesmo período, no ano de 1956, a Fazenda Abiaí detinha quase 4.000 ha de terras indivisas, presentes na memória de Sr. Alfredo: “O Abiaí é grande e agora tá dividido, mas antigamente era uma propriedade só, era tudo de Seu Hercílio”. (Relato de Seu Alfredo).

Havia no momento 150 famílias moradoras da Fazenda, que para poderem permanecer na terra, pagavam o cambão, ou seja, um dia de serviço na semana. Apenas uma pessoa da família ia trabalhar, não importando o número de pessoas da família. Em cada um dos cinco dias da semana em que se exigia a diária, 30 trabalhadores cuidavam dos roçados, dos coqueiros e das cercas de Seu Hercílio. Para a família de Seu Alfredo, era a sexta-feira o dia destinado para o serviço gratuito.

O cambão foi uma das causas que impulsionou fortemente a revolta camponesa, pois, além de pagar a renda da terra, no Nordeste conhecida como foro, o camponês via-se obrigado a trabalhar de graça para o dono da terra, o que correspondia a uma dupla exploração. De acordo com Bastos (1984, p. 54):

A luta contra o cambão representa a luta contra o latifúndio [...]. O papel que a luta contra o cambão assume no movimento das Ligas Camponesas indica uma particular visão sobre o campesinato, do papel que o mesmo pode assumir face às transformações históricas e o destino de sua luta.

A Fazenda Abiaí era pouco aproveitada em relação a sua dimensão. Nesse período, havia na propriedade apenas uma criação de gado pertencente ao dono, e uma plantação de coqueiros. Os serviços destinados à criação do gado, como conserto de cercado e plantação de pastagem, dentre outras atividades, eram desempenhados pelos moradores durante o dia de serviço prestado gratuitamente ao proprietário.

A pequena produção agrícola da Fazenda pertencia aos moradores, que cultivavam para a subsistência da família. De acordo com o relato do Sr. Alfredo: “Naquele tempo o pessoal trabalhava pouco ali, tinha muito mato, a maior parte era mato da APASA para o Nova Vida, *purculá* 1º de Março, por ali, tudo era mato, Seu Hercílio não trabalhava muito com agricultura não, ele queria era fazer mais os cercado, ele criava muito boi”.

Como forma de resistência à exploração a que vinham sendo submetidos, esses moradores aderiram ao movimento das Ligas Camponesas, contudo, foram reprimidos com muita violência, conforme relato de Seu Alfredo:

Naquele tempo teve as Ligas Camponesas. Naquele tempo o pessoal foi embora quase tudo. Depois das Ligas Camponesas, Seu Hercílio botava fogo nas casas do povo, mandava os capanga expulsar os povo pra fora e meter o cacete. Naquele tempo o pessoal não tinha bem esclarecimento das coisas, as coisas vêm pra prejudicar eles e eles pensava que era boa. Meu pai mesmo participou, ele tirou a carteira dele, mas só que ele e o proprietário lá... O gerente, o gerente deu conselho a ele, e ele entregou a carteira, desistiu. Aí os outros que continuavam, aí viviam se escondendo no mato, isso em 64. Aí tinha mais pouca gente nesse tempo, porque muita gente tinha ido embora. Agora o que ficava com o proprietário, aí ele não bulia com ele não, que nem meu pai mesmo, meu pai entregou a carteirinha dele e ficou do lado dele⁴ (Relato de Seu Alfredo).

A carteirinha a que se refere Sr. Alfredo diz respeito à carteira de filiação das Ligas Camponesas, um documento que identificava quais os lavradores que faziam parte das Ligas. Dessa forma, a entrega da carteira significava desistir da luta e voltar a trabalhar para o proprietário.

Dona Marluce Cavalcante da Silva, moradora do assentamento APASA, que na época residia em Camocim, tem poucas lembranças das Ligas Camponesas, mas recorda que seu pai fez parte desse Movimento. “Ele se escondia por dentro dos matos, eu não me lembro muito não porque eu era pequena, mas ele contava muito as histórias, eu era bem pequenininha nesse tempo”, relata a camponesa.

As Ligas Camponesas foram violentamente abafadas com o Golpe Militar de 1964, sendo inclusive uma das causas que o desencadeou, pois a luta pela terra estava ganhando cada vez maiores proporções. De acordo com Bandeira (1983, p. 54):

As invasões de terra se sucederam e se alastraram pelos Estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, enfim, em todo o país, como consequência também da expansão capitalista, que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos.

A Reforma Agrária se fazia necessária, todavia a burguesia rural, fortemente representada no Congresso Federal, não abria mão do Art. 141 da Constituição Federal, que autoriza a desapropriação apenas com prévia indenização em dinheiro, o que tornava a Reforma Agrária inviável. Em contrapartida, o presidente João Goulart, que tinha como uma de suas principais metas de governo a Reforma Agrária, foi amplamente combatido pelo Congresso, sendo deposto em abril de 1964.

O período militar foi marcado por uma forte repressão, silenciando qualquer oposição através de prisões, espancamentos, tortura, extradição e morte. Dessa forma, o movimento camponês no Litoral Sul da Paraíba também foi silenciado, mas não por muito tempo.

Distensão do regime ditatorial e a luta pela Reforma Agrária

O processo de distensão da Ditadura Militar iniciado lentamente no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e continuado pelo governo do general João Batista de Figueiredo (1979-1985) abriu uma pequena brecha para o levante de milhares de camponeses em todo o Brasil.

Um dos principais marcos na transição para uma nova forma de sistema político foi a irrupção do movimento grevista do ABC paulista, que envolveu milhares de trabalhadores. De acordo com Sader (1988, p. 26):

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70.

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1979, desencadeou uma série de encontros regionais e estaduais, onde se discutiu a necessidade de uma maior mobilização camponesa, a intensificação das lutas e a abertura de novas frentes de massa. De acordo com os registros da CONTAG (1981), cerca de um milhão e 500 mil camponeses entraram em greve em todo o Brasil.

Dentro desse movimento nacional, mais uma vez os camponeses do Litoral Sul Paraibano se fizeram presentes e foi nesse momento que se registrou mais uma luta pela terra em Pitimbu, pela primeira vez tendo como principal bandeira, a Reforma Agrária. Tratava-se de um conflito ocorrido na então Fazenda Camucim Grande, onde 70 famílias de arrendatários viviam da pesca e pagavam o foro. Os problemas iniciaram-se com a compra dessa Fazenda pela Agro-Indústria Tabu Ltda. Os camponeses passaram a ter as suas terras invadidas pelos tratores da Destilaria Tabu, que os pressionava para que deixassem as terras (CONTAG, 1981, p. 60).

A situação se agravou quando a Destilaria começou a despejar a calda no rio Camucim, inviabilizando a pesca, principal fonte de alimentação e renda para os camponeses de Camucim. Esse fato fez com que o movimento sindical solicitasse em 1979 a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. A relação que os camponeses tinham com a natureza e com a terra, para eles considerada lugar primordial de reprodução da vida foi mais uma vez desrespeitada e eles se viram sem a possibilidade de retirar o sustento das suas famílias.

Todavia, as retaliações oriundas da destilaria não tardaram, conforme demonstrado pela CONTAG:

Em maio, a CONTAG denunciou que às 70 famílias de Camucim foram acrescentadas mais trezentas famílias da localidade de Taquara, sendo que, destas, 59 estão sendo notificadas para serem despejadas posteriormente, todas pela Destilaria Tabu. Em junho, a CONTAG voltou a denunciar que, apesar de 30 trabalhadores possuírem liminar favorável da justiça, estavam sendo notificados pela Usina para desocuparem suas terras até setembro (CONTAG, 1981, p. 60).

As ações da Destilaria passaram a ser cada vez mais violentas. De acordo com denúncias realizadas pela CONTAG, descobriu-se que representantes da Tabu se faziam passar por funcionários do INCRA ou da Polícia Federal para pressionarem a expulsão dos camponeses, como não obtiveram sucesso, partiram para atos mais violentos e iniciaram a destruição dos roçados. De acordo com a CONTAG (1981, p. 60):

Novos expedientes denunciaram que a Destilaria Tabu ameaçou os posseiros de Camocim, destruiu lavouras, fechou passagens públicas e manteve vigias e pistoleiros armados na propriedade; conseguiu da Secretaria de Segurança Pública prisões incabíveis e efetuadas à base de violências por parte dos policiais; poluiu o Rio Camocim e praticou, enfim, toda sorte de arbitrariedade para forçar os moradores a desistirem de suas posses.

A CONTAG registrou ainda as seguintes reivindicações para desapropriação da área:

1. O Secretário de Segurança visitou a Fazenda Camocim e verificou “in loco” as violências praticadas pelos prepostos da Destilaria, o que levou a autoridade a considerar de “suma gravidade o estado de tensão na área”;
2. No dia seguinte dessa visita, prepostos da Tabu arrancaram roça madura e fruteiras de Flausine da Silva e José Francisco de Araújo;
3. Em entendimento à solicitação do advogado dos trabalhadores, o juiz da Comarca requereu força pública para assegurar as posses tuteladas pela justiça;
4. Os trabalhadores arrancaram a cana e plantaram feijão em suas roças, fato que comunicaram à Secretaria de Segurança;
5. Empregados da Tabu arrancaram, protegidos por vigias, todo feijão e

plantaram novamente cana; 6. Há na justiça três processos criminais, fruto de queixas da Tabu com o objetivo claro de intimidar os posseiros e os dirigentes sindicais. Existem ainda duas ameaças de morte ao advogado dos trabalhadores pelo Superintendente da Tabu, Antonio Amaral, ameaças que podem ser testemunhadas; 7. Os posseiros que ainda não entraram com a ação na Justiça foram ameaçados de terem todas as benfeitorias arrancadas por trator; 8. A produção de subsistência da região está terminando, sendo substituída pela monocultura da cana-de-açúcar (CONTAG, 1981, p. 61).

A desapropriação da Fazenda Camucim Grande ocorreu no ano de 1992, totalizando uma área de 277 ha, distribuída entre 37 famílias⁵.

A vitória dos camponeses de Camucim representou um grande impacto na região, fazendo renascer a resistência e o sonho de uma vida mais digna, alastrando o espírito da luta por diversas áreas na Paraíba, resultando em um momento onde a luta pela terra ganhou bastante expressividade.

Depois dessa vitória, a luta pela Reforma Agrária no município de Pitimbu teve sequência na Fazenda Corvoada, cujo proprietário, era o já citado Hercílio Alves Ferreira Lundgren, falecido no ano de 1988.

A Fazenda Corvoada corresponde ao que hoje é o Assentamento Sede Velha. A nomenclatura dada aos lugares nesse período não correspondia aos nomes que atualmente intitulam essas áreas. De acordo com os moradores, o Assentamento Teixeira chama-se Barra de Cima, o 1º de Março se chamava Macaquinho e a todo esse espaço chamava-se Abiaí, sendo comum que ainda hoje eles se refiram ao APASA como APASA do Abiaí.

Esses nomes possuem um significado ligado à trajetória de vida de alguns camponeses do Assentamento, e representam a memória de um lugar muito conhecido, onde sob a nomenclatura de uma determinada Fazenda, resistiram os aspectos do cotidiano permeado de costumes e culturas próprias do lugar. Assim, os elementos da natureza ganharam terminologias como a “ladeira do trepa e desce”, “lá pras bandas de Farias”, ou perto do “Cria Menino”, que se traduzem numa linguagem muito própria da região e também bastante decodificada por eles, sobretudo pelos mais velhos, guardiões dessa memória contada para os mais jovens, a qual se insere na memória coletiva do lugar. Essa memória camponesa é recorrente em diferentes assentamentos rurais do Brasil, onde os posseiros resistiram até a obtenção legal das terras. Fatos semelhantes relacionados à toponímia local são citados por Rodrigues (1995) em sua dissertação de mestrado sobre os camponeses do assentamento Maceió, localizado no Litoral Norte do Estado do Ceará. Nessa localidade a natureza em sua diversidade e exuberância confere nomes aos lugares, pontos de passagens, riachos, morros, dentre outros, o que denota um entrelaçamento entre a memória coletiva e o lugar. Fato semelhante sobre a memória coletiva é relatado por Di Lorenzo (2007) em sua pesquisa sobre o assentamento D. Helena na Mata Paraibana. Nesse caso, a memória coletiva remete fundamentalmente a eventos relacionados aos enfrentamentos políticos e, por conseguinte aos apoios obtidos através de mediadores sociais como os agentes pastorais, pesquisadores e assessoria jurídica. Essas nuances da memória coletiva nos levaram a refletir sobre o que afirma Halbwachs (1990, p. 143):

Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.

Esse autor aborda três concepções de espaço, o jurídico, o econômico e o religioso. Para nós, é a dimensão do lugar que mais interessa para compreendermos esse espaço como a sede de resistência camponesa, não se tratando de uma questão de tamanho, mas sim de significado.

Nesse sentido, o conjunto desses seis Assentamentos Rurais do Litoral Sul Paraibano (APASA, Nova Vida, Sede Velha, Teixeira, Subaúma e 1º de Março) está extremamente interligado em suas

histórias de luta. Mesmo possuindo tempos diferenciados de desapropriação e até mesmo distintos movimentos sociais envolvidos, a proximidade dos lugares permitiu uma movimentação desses camponeses, que se conheciam e criaram entre si laços de solidariedade, numa horizontalidade de relações com tradições e costumes comuns.

Thompson (1998) registra que o costume se fundamenta no uso comum e no tempo imemorial, caracterizado pela práxis, e é raramente regulamentado, sendo asseverado através da prática e da tradição oral.

A lembrança de uma data é mais difícil de ser apreendida do que as lembranças dos lugares, uma vez que a memória não obedece rigidamente aos regimes de tempo impostos pela sociedade, como os dias, meses e anos, sobretudo quando os sujeitos que estão resgatando essas memórias são camponeses, pois o tempo camponês é regido, sobretudo, pelo tempo de trabalho, pelas estações do ano, pelas festas religiosas ou profanas e pela trajetória de exclusão e busca pela terra.

Percebemos em nossas entrevistas a dificuldade dos camponeses em precisar o ano específico que se iniciou a luta pela terra, ou mesmo a duração dessa luta. Quando procurávamos saber um período exato, comumente os entrevistados paravam por alguns instantes, tentando resgatar na lembrança essa informação e respondiam alguma data ou período, mas ratificavam sempre a incerteza da informação.

Todavia, mesmo que nem todos tenham conseguido recordar uma data específica, aqueles que vivenciaram o momento da luta se recordam dos fatos mais marcantes e também de várias situações do período. Essas memórias individuais acabam por representar uma memória coletiva do lugar. Sobre esse tema Halbwachs (1990, p. 128) afirma que:

Na realidade se, aproximando várias consciências individuais, podemos reposicionar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou vários tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos. A consciência individual é apenas o lugar de passagens dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos.

Foi esse tempo coletivo que buscamos compreender na análise da construção dessas novas territorialidades, e mesmo com algumas respostas como “há... durou muito tempo, nem sei dizer”, ou “alguns anos”, “acho que dois anos”, “o tempo certo não sei dizer não”, “quem sabe dizer é Seu Alfredo”, procuramos reunir aquilo que coletivamente aparecia na memória dos vários camponeses entrevistados.

Recorremos também, para recompor essa trajetória, aos processos administrativos do INCRA-PB, uma vez que a escrita é capaz de registrar aquilo que a memória não consegue resgatar, e ainda revelar informações desconhecidas dos aspectos que permeiam o processo de desapropriação.

Através da análise dos processos administrativos do INCRA, constatamos que a Fazenda Abiaí, pertencente no século XIX a Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, passou no século XX a pertencer a Frederico João Lundgren, filho de Hermam Lundgren, e ainda, que essa Fazenda possuía mais de 9.000 ha, atestando a elevada concentração de terras, visto que sozinha essa propriedade cunhava quase 70% da área atual do município de Pitimbu, que é de 136 km². Todavia, sua extensão se dava mais no sentido leste-oeste, demonstrando que parte das terras situava-se no que é atualmente o município de Alhandra.

Essa concentração de terras e a existência de uma grande quantidade de agricultores sem títulos de propriedade confirmam que, para permanecer na terra, esses camponeses tiveram que se submeter a diversas formas de exploração e subordinação.

De acordo com os relatos ouvidos, essa região era conhecida como “o Grande Abiaí”, onde, mesmo sem títulos de propriedade, os camponeses sobreviviam da terra, plantando as culturas de subsistência como mandioca, inhame, milho e feijão, culturas plantadas desde muito tempo, como registrado por Barléu (2005) no início do século XVII, cuja tradição é ainda mais antiga e remete-nos às culturas negra e indígena.

Na região do Abiaí, as relações de trabalho eram desenvolvidas através de acordos entre aqueles que detinham o poder político e econômico e aqueles que dependiam da terra para sobreviver. Assim, geralmente ocorriam conflitos quando um acordo era rompido ou novas regras eram estabelecidas por

qualquer um desses grupos.

Além disso, a mobilidade camponesa pelo “Grande Abiaí” colaborou com a formação de laços de solidariedade entre eles, e deu suporte para que essa luta se tornasse uma luta coletiva, sendo necessário compreendê-la dentro dessa dinâmica, revelando os significados presentes na conquista da Reforma Agrária.

A Fazenda Abiaí que, conforme atesta documentos consultados no INCRA chegou a ocupar mais de 9.000 ha, a partir da morte de Frederico João Lundgren, em fevereiro de 1946, foi dividida entre sete herdeiros. Dentre eles, Hercílio Alves Ferreira Lundgren herdou 1/7 da parte dessas terras e comprou a parte de sua irmã, Elza Elizabeth Lundgren Ek, e de seu irmão, Walmir Alves Ferreira Lundgren, em 1956, somando 3/7 da propriedade, ficando com uma área de 3.736,89 ha, cujo imóvel continuou a ser denominado de Fazenda Abiaí.

Em junho de 1967, o proprietário criou a empresa denominada Agropecuária Abiaí – SA – APASA, e no ano de 1968 “vendeu” uma área de 2.446, 89 ha dessa Fazenda para sua própria empresa, numa clara demonstração de falso desmembramento de terra.

No ano de 1979, a empresa APASA vendeu para a AGROTEC – Serviços Geológicos e Agrotécnicos LTDA, na ocasião representada pelos sócios Marcelo Pinto de Abreu e Múcio Bezerra Bandeira de Melo, uma área de 1.258,30 ha das 2.466,84 ha a ela pertencente, passando o imóvel da AGROTEC a ser denominado de Fazenda Alhandra.

Tendo em vista ainda um maior desmembramento das terras, Hercílio Alves Ferreira Lundgren, em 1979, repartiu os 1.289 ha que estavam em seu nome, em outras três propriedades, sendo que dessas, uma delas ainda foi desmembrada em outras duas, conforme podemos verificar na figura 1.

No caso do desmembramento da Fazenda Barra do Abiaí, em 1979, Hercílio Alves Ferreira Lundgren objetivou mudar o cadastro da propriedade, classificada como latifúndio por exploração no INCRA, dividindo-a em quatro partes e cadastrando-as como empresa rural. De acordo com a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), empresa rural corresponde a:

Empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.

Com essas ações, a família Lundgren conseguiu impedir que as terras da Fazenda Abiaí fossem alvos prioritários de desapropriação por interesse social, que de acordo com o Art. 20 do Estatuto da Terra são:

- I- Os minifúndios e latifúndios;
- II- As áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto;
- III- As áreas cujos proprietários desenvolvem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação de recursos naturais;
- IV- As áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos.
- V- As áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- VI- As terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o de uso adequado a sua vocação econômica.

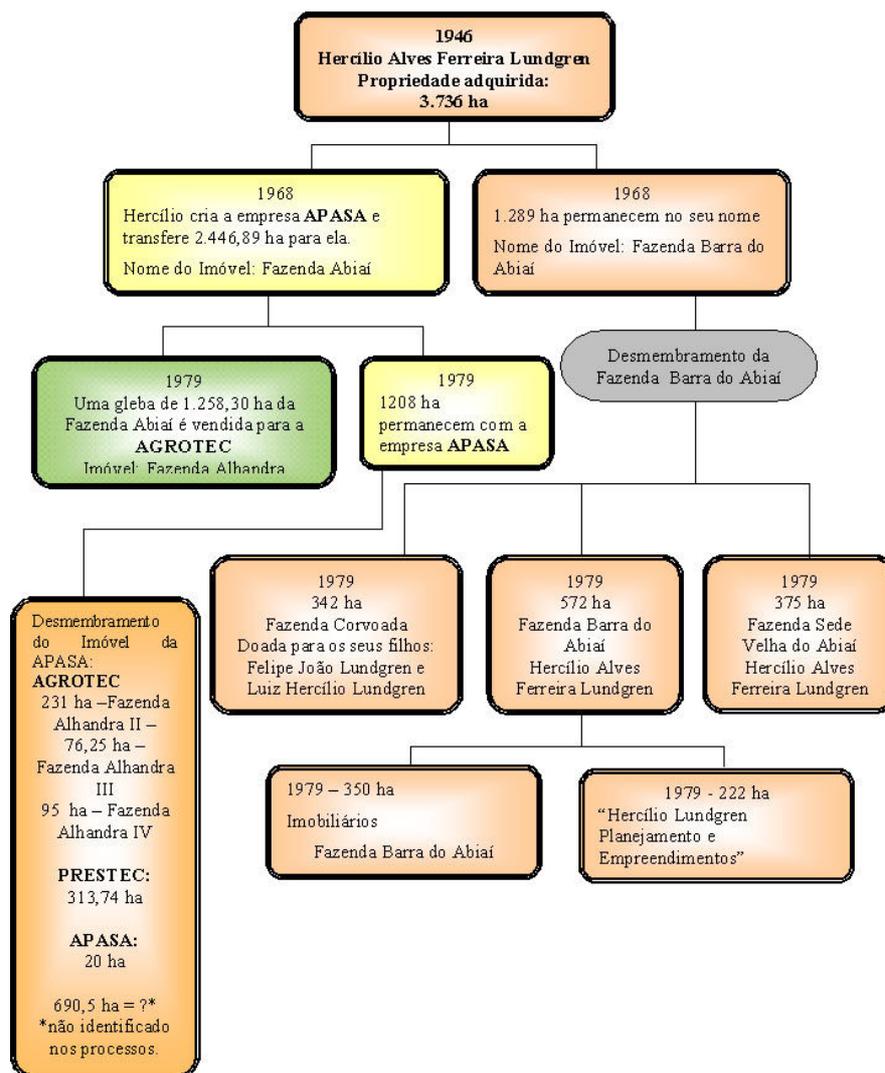


Figura 1 - Organograma 1. Desmembramento da terra. Fonte: Processos administrativos INCRA/PB / Organização: Aline B. de Lima.

Percebemos, através dessa legislação, que antes do desmembramento e expulsão dos posseiros, a Fazenda Barra do Abiaí enquadrava-se automaticamente em uma área prioritária para desapropriação, demonstrando o conhecimento jurídico dos proprietários das terras, necessário para escamotear o direito dos camponeses.

Os conflitos tiveram início quando a família Lundgren resolveu expulsar os camponeses das Fazendas, com o argumento de que plantariam a partir de então cana-de-açúcar. Das 150 famílias posseiras, apenas três resistiram às ameaças, pressões e violências para abandonarem a terra, além de algumas poucas famílias de arrendatários e moradores.

Assim, para conseguirem permanecer na terra frente a tantos impedimentos, os camponeses se organizaram fortemente e deram início a um longo confronto. Sobre esse período, Dona Marluce da Silva, nascida em Camucim, onde viveu até os 16 anos, conta-nos que nesse tempo morava em Papoca, descrevendo que:

Papoca faz extremo com Árvore Alta, do lado de lá era Papoca e passando para o lado de cá era Árvore Alta, eu fugi de Camocim para Árvore Alta (*fugiu para casar*), passei uma faixa de uns cinco anos morando em Árvore Alta, morava em terreno de fazendeiro... Ai às vezes a gente tinha vontade de

comer uma batata, mas não podia plantar porque a gente morava dentro de um cercado de Fazenda, muita gente vendendo batata e eu tinha vontade comprar 1 kg de batata, mas eu tinha muita vergonha, “mas cé um povo preguiçoso, mora dentro do mato e num planta né?” Mas mesmo assim eu falava pra comprar, aí eles podiam... Davam.⁶⁶ Entrevista com Sr.^a Marluce Cavalcanti da Silva – Assentamento Apasa. Data: setembro de 2007. (Relato de Dona Marluce, grifo nosso).

Toda essa região descrita por ela fazia parte de uma área de grande tensão social, formada por Subaúma, Árvore Alta, Mucatú e Camucim. Cansada dessa situação, Dona Marluce relata que conversou com seu esposo para buscar uma vida melhor:

Aí eu disse, oh Toinho, a gente morando aqui é ruim demais, pra morar na casa tinha que pagar ao fazendeiro, pagava arrancando mato dentro do sítio, uma conta por semana, toda semana. Aí depois a gente saiu e fomos morar na terra de um cunhado dele, e o cunhado dele foi embora e eu fui e comprei essa parcela. Nessa parcela que eu comprei ao meu cunhado eu passei nove anos, foi lá onde eu criei meus filhos, tinha duas hectares de terra (Relato de Dona Marluce).

Todavia, dois hectares de terra eram demasiadamente insuficientes para uma família que crescia a cada ano, o que motivou Dona Marluce a se engajar na luta pela Reforma Agrária e conseguir o seu pedaço de chão. Ela relatou que:

No tempo dos despejos que aconteceu, eu não vivia fixo dentro do Assentamento morando, porque era perto né, eu ia pra casa, quando era de cinco horas da manhã eu retornava na terra, começava a trabalhar, aí pronto, quando era negócio de 5 horas da tarde nós voltava pra casa, mas quando, qualquer coisa que... Quando soltava os fogos, podia ser a hora que fosse, todo mundo ia, quando era pra fazer multirão em Capim de Cheiro, barrado pelos carros dos capanga, com Doze em cima da gente, mas a gente enfrentou, tiramos os trator, isso tudo eu participando de dentro, tinha mulher que não ia não.

Quando indagamos se ela não temia pela sua vida nesses momentos de confronto, Dona Marluce respondeu da seguinte forma: “Tinha não, a gente tá pra lutar, a gente tá pra tudo”.

Desses camponeses destemidos, formou-se a amálgama para resistir e lutar. Apoiados pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, eles se reuniam em mutirões para arrancar a cana-de-açúcar ou para barrar tratores que vinham destruir os seus roçados. Como Dona Marluce elucidou, mesmo aqueles que não estavam morando na área de conflito, quando ouviam a sinalização, geralmente a explosão de fogos de artifício, rapidamente se reuniam de diversos lugarejos e formavam a massa camponesa necessária para enfrentar o latifúndio.

Assim, frente a essa resistência, e ao crescente número de camponeses que começavam a se reunir nas Fazendas em questão, vindos de municípios adjacentes, apoiados pela CPT e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, os proprietários resolveram apelar para a venda da área ao INCRA, através do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária por meio de compra e venda e determina que, “As aquisições de imóveis rurais previstas neste Decreto ocorrerão preferencialmente em áreas de manifesta tensão social para o Assentamento de trabalhadores rurais, visando atender a função social da terra”.

A partir desse decreto a desapropriação só pode ocorrer mediante oferta do proprietário, o qual se encontra livre para recusar a oferta do INCRA, caso não a considere justa, como também pode barganhar o preço de benfeitorias e o prazo de recebimento. Ou seja, provavelmente, a família Lundgren previu o que estava por vir com a flexibilização da Ditadura Militar, pois como citado anteriormente, Hercílio Alves Ferreira Lundgren, antes do Golpe de 1964, havia abafado violentamente os levantes das Ligas Camponesas em sua propriedade, dessa forma, tinha plena consciência da revolta à força silenciada e amargada durante quase vinte anos daqueles camponeses.

Percebemos assim, que a organização camponesa para reivindicar a terra possuiu também um componente de estratégia e informação, fundamental para que eles conseguissem resistir e pressionar o Estado, para que esse promovesse a desapropriação (FERNANDES, 2001). Cabe ressaltar ainda a

importância que a Comissão Pastoral da Terra teve em apoiar e liderar várias ações desses camponeses, conforme relata Sr. Alfredo:

Nós morava na APASA, nesse tempo, tinha pouca gente em Sede Velha, por pressão do homem só tinha ficado aquelas onze famílias, aí Anastácio disse, “olhe, pra ser desapropriado mais ligeiro o pessoal daqui do APASA, passa tudo pra Sede Velha, nós passou tudo pra lá, pra reforçar a luta de lá, e lá vai, ficou ficando na APASA e lá, e lá vai, lá vai, sei que lá foi desapropriada, aí disseram, vocês não podem abandonar cá não, pra cá ser desapropriado também, no APASA, até que foi desapropriado tudo, e agora tudo é do povo. Tinha 18 famílias no APASA e lá tinha 13. Não fazia força nenhuma pra o proprietário, 18 num canto e 13 noutra, aí ficava muito mole a luta.

A partir dessa luta camponesa, foram criados os Assentamentos Sede Velha, Teixeira e 1º de Março, o que serviu de grande estímulo para os camponeses da área vizinha, na Fazenda Alhandra, pertencente à empresa AGROTEC.

O sócio da AGROTEC que mais aparece nos relatos dos camponeses, chama-se Múcio Bezerra Bandeira de Melo, que mantinha em sua propriedade famílias de camponeses que trabalhavam no regime de arrendamento, cuja renovação se dava no início de cada ano. O pagamento da renda era em serviço, ficando os camponeses obrigados a trabalharem nos coqueiros da propriedade o ano inteiro.

Mediante as desapropriações já ocorridas em Pitimbu, e também a crescente mobilização camponesa, que indicava um iminente levante camponês nas terras sob o domínio da empresa AGROTEC, Múcio passou a não querer renovar os contratos dos rendeiros, dando início a mais uma série de conflitos na região.

Esse período, meados da década de 1990, aparece marcado nas lembranças da jovem Etiene Ferreira Nascimento Candido, que nasceu em 1982, numa maternidade em João Pessoa, embora sua família morasse em Pitimbu. Ela relatou que:

Quando entrou em conflito em Sede Velha, onde eu morava, eu era bebê, então quem guerreou foi meus pais, aí quando estava próximo do meu casamento foi que começou esse conflito com APASA e os acampados. Eu só via porque eu passava por lá para ir para o sítio da minha avó, aí eu via o acampamento, com aquelas cabaninhas de palha, e muitas vezes os capangas do dono da terra, que era Múcio e também os policiais, muitas vezes.⁷

Os camponeses acampados na Fazenda Alhandra sofreram nesse período constantes ameaças. As cabanas de palha onde moravam foram queimadas e o risco de despejo deixava-os numa situação de grande tensão, onde em diversos momentos, suas vidas estiveram em risco.

Mesmo vivendo essa realidade, a coletividade da luta deu suporte para que eles não perdessem força, e se algumas famílias desistiram e foram embora, a todo o momento chegavam camponeses dispostos a lutar por um pedaço de terra, conforme relata a camponesa Iolanda Maria de Albuquerque:

Enquanto era a Fazenda Abiaí, as pessoas que moravam lá eram só trabalhador dele, moravam ali, trabalhavam arrendado, quando o pessoal resolveram que iriam entrar na terra para ficar, aí saíram convidando as pessoas, e foram vindo outras pessoas de outros municípios.

Dessa forma, a única saída para o proprietário foi oferecer a terra para a desapropriação, uma vez que, as terras não poderiam ser desapropriadas como latifúndio de exploração, pois como vimos, elas tinham sido esfaceladas e cadastradas como várias empresas rurais, restando, portanto, o Decreto n.º 433, de 24 de janeiro de 1992.

Se por um lado a empresa rural impossibilitava a desapropriação por interesse social, por outro, tornava o Decreto n.º 433 desvantajoso para o proprietário no quesito benfeitorias, pois na desapropriação dos imóveis cadastrados como latifúndios improdutivos, as benfeitorias são pagas em dinheiro, enquanto que pelo Decreto n.º 433, parte do valor pode ser pago em títulos da dívida agrária.

Dessa forma, os proprietários tentaram retirar o máximo de vantagens possíveis, e depois de várias vistorias e negociações, acordaram, em dezembro de 1994, o valor da terra num total de R\$ 10.263.194,10, sendo R\$ 1.656.706,07 na terra nua e R\$ 8.606.488,03 em benfeitorias, dessas, R\$ 500.000,00 em dinheiro e o restante em títulos da dívida agrária, pagas em até cinco anos.

Todavia, esse valor não pôde ser pago em cinco anos por ferir a legislação vigente, que estipulava dez anos para o pagamento dos títulos. Assim, o processo de compra da terra foi barrado e os proprietários entraram com uma ação para solicitar a reintegração de posse, que foi dada como favorável.

Cerca de cento e cinquenta famílias estavam acampadas na área em questão e já haviam plantado culturas permanentes e temporárias, o que motivou ainda mais os proprietários a afirmarem que iam dar sequência ao processo de reintegração de posse e utilizar força policial para expulsar os camponeses, no caso do INCRA rapidamente não realizar uma proposta mais vantajosa para eles.

Frente a essas questões, e prevendo o massacre que ocorreria com o respaldo do judiciário, além da forte pressão dos camponeses, que chegaram a ocupar a sede do INCRA, chegou-se a um novo acordo, onde, ao invés de R\$ 500.000,00 em dinheiro, eles receberiam R\$ 1.000.000,00, e o restante em títulos da dívida agrária em até dez anos.

Após esse longo percurso, foi criado então, em março de 1995, o Assentamento APASA e o Assentamento Nova Vida, que junto aos Assentamentos Camucim, Sede Velha, Teixerinha e 1º de Março, configuraram uma grande área reformada, inaugurando na história do Litoral Sul uma nova territorialidade, traduzida na fala da camponesa Iolanda, refletindo que “O Abiaí ele é tão grande que depois de dividido aí ficaram o Assentamento APASA, Nova Vida, Sede Velha, Teixerinha e 1º de Março, seis Assentamentos em uma só localidade, porque ele era muito grande”.

Considerações Finais

As desapropriações que deram origem aos assentamentos rurais de Pitimbu inauguraram uma nova etapa no processo de construção territorial. Como vimos, até conseguirem criar essas novas territorialidades, os camponeses enfrentaram um longo processo de luta e resistência, por sua vez interligado a séculos de conjunturas semelhantes, marcadas invariavelmente pelo confronto dos usos desse território. Dessa forma, os assentamentos rurais enquanto novas territorialidades apresentam-se através de aspectos tanto materiais, quanto simbólicos, permeados por relações de poder, sob diferentes escalas de atuação.

Sendo assim, a luta para permanecer na terra é um movimento que marca o estabelecimento desses espaços enquanto *locus* de reprodução de uma vida mais digna para esses camponeses, diante do qual se erguem inúmeras problemáticas, advindas de características sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais diversas.

A maneira como cada uma dessas áreas se configura diante das diferentes problemáticas resulta de complexos fatores, que vão desde a trajetória pessoal de cada um dos envolvidos, até a organicidade criada pela construção coletiva dos camponeses e movimentos sociais que acompanham e apoiam a luta⁸.

Nos assentamentos rurais de Pitimbu, através dos trabalhos de campo, percebemos que, apesar do processo de luta ter sido extremamente interligado, os momentos posteriores à desapropriação conduziram a organizações diferenciadas, em relação a cada limite específico de assentamento, fazendo com que esses apresentem atualmente diferentes graus de desenvolvimento e organização.

A formação de associações comunitárias em cada assentamento rural diferencia as lideranças e as escolhas políticas, sociais e econômicas feitas por cada grupo. Essas diferenças refletem-se na territorialidade de cada lugar, na forma como são organizados e também como se desenvolvem.

A partir dos dados registrados, percebemos que após a desapropriação da terra e a demarcação dos limites do assentamento rural, inicia-se uma nova fase de luta, onde diversos fatores dificultam a permanência do camponês na terra conquistada, bem como o estabelecimento de uma vida mais digna. Nesse sentido, a territorialização camponesa defronta-se com a territorialização do capital, capaz de explorar e empobrecer as famílias camponesas através da apropriação de sua renda, levando o camponês a buscar novas organizações e saídas para permanecer na terra.

Notas

(1) O PCB foi criado em 1922, e significava Partido Comunista do Brasil, porém, em 1960, o PCB passou a significar Partido Comunista Brasileiro, com o objetivo de enfatizar o caráter nacional do partido no Brasil. Em 1962, um grupo de filiados do PCB por questões de divergências políticas decidiu criar uma nova legenda: o PC do B, dando a esse partido o antigo nome: Partido Comunista do Brasil.

(2) A tragédia de Miriri refere-se ao conflito ocorrido no engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, entre camponeses e proprietários de terra, que resultou na morte de Alfredo Nascimento, associado e fundador da Liga de Miriri e João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé (BENEVIDES, 1985).

(3) De acordo com os dados da Divisão Territorial do Brasil – IBGE – 1954, o município de João Pessoa era formado por quatro Distritos, Alhandra, Pitimbu, Vila do Conde e Cabedelo. Fonte: BRASIL – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria Geral – Diretoria de Documentação e Divulgação. Divisão Territorial do Brasil. Municípios e Distritos Instalados em 31 – XII – 1953. Rio de Janeiro, maio de 1954.

(4) Entrevista com o Sr. Alfredo Simplício do Nascimento – Assentamento Sede Velha do Abiaí. Data: setembro de 2007.

(5) Em pesquisa realizada no Assentamento Camucim, no ano de 2005, constatamos que havia 37 famílias titulares e mais 48 famílias agregadas, num total de 85 famílias, todavia, não houve aumento de área e as 85 famílias dividem os 277 ha da área desapropriada.

(6) Entrevista com Sr.^a Marluce Cavalcanti da Silva – Assentamento Apasa. Data: setembro de 2007.

(7) Entrevista com Sr.^a Etiene Ferreira do Nascimento – Assentamento Apasa. Data: setembro de 2007.

(8) Nos assentamentos rurais de Pitimbu, atuaram a CPT e o MST.

Referência Bibliográfica

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2000.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARLÉU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc.; ora governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias Unidas sob o príncipe de orange**. Tradução: Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- BRASIL. Decreto nº 433 – 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D0433.html>>. Acesso em: 3 fev. 2005.
- BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504/64. Disponível em: <<http://200.181.15.9/ccivil/Leis/L4504.htm>> . Acesso em: 4 jun. 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LIMA, Aline Barboza de. **Assentamento Apasa – PB: a agroecologia na construção de novas territorialidades**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo política**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Quem sabe faz a hora: análise das estratégias de reprodução camponesa em áreas de assentamento na Paraíba e no Ceará. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. X. São Paulo, 2005. **Anais...** São Paulo: USP, 2005

_____. **Terra Camponesa como (Re)criação Genealogia do Lugar e da Paisagem**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de S. Paulo, São Paulo, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudo sobre cultura popular e tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMAZ JR, Antônio. Se Camponês, se Operário! Limites e Perspectivas para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR, A. (org). **Geografia e trabalho no século XXI**. Santa Cruz do Rio Pardo-SP: Editora Viena, 2006.

Trabalho enviado em março de 2008

Trabalho aceito em abril de 2009